

Livros

Pensar o Brasil

Renato Janine Ribeiro

Quatro obras filosóficas analisam a sociedade e identidade brasileiras, juntando-se às análises do Brasil elaboradas pela ciência política, a sociologia e a antropologia.

É notável como a imprensa brasileira abre espaço ao mundo acadêmico, em especial nos seus principais veículos, a saber, dois de São Paulo (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), dois do Rio de Janeiro (*O Globo* e *Jornal do Brasil*) e um de Porto Alegre (*Zero Hora*). Constantemente ela convida intelectuais a opinar sobre a sociedade e seus rumos. Mas o recorte não é homogêneo. Se tomarmos as três ciências sociais, veremos que os cientistas políticos têm o quase monopólio do caderno principal dos jornais, chame-se ele Brasil ou Política, que a sociologia domina no caderno de Quotidiano, Cidades ou Geral, e que a antropologia ocupa um discreto lugar – bem atrás da crítica literária e mesmo da filosofia – nos curtos suplementos semanais de Ideias ou Cultura.

A ciência política acompanha de bem perto a discussão imediata (partidos, intenções de voto, prospectiva de alguns meses), o que faz dela a interlocutora por excelência dos jornalistas bem formados mas também, às vezes, estabelece entre ela e a imprensa uma curiosa relação, na qual não se sabe mais quem é o duplo de quem. O aporte positivo da ciência política é a insistência no convívio, na não-demonização do adversário, na alternância. A sociologia tem sido utilíssima para discutir a violência e as cidades, dois temas estreitamente ligados no Brasil, já que crescem sem cessar as reclamações relativas à segurança. Seu aporte positivo tem sido explicar as causas sociais da violência e tentar pôr-lhes termo, defendendo os direitos humanos. Mas é um combate quase inglório, difícil, porque cresce o medo e com ele o ódio aos “bandidos”, a tal ponto que – mas talvez isso seja bom – pela primeira vez o PT muda sua ênfase, da defesa dos direitos humanos dos presos, para a ideia mais abrangente de uma política de segurança. Esta se distinguiria, porém, da de direita (que tem aí seu *leitmotiv*) porque substituiria a violência policial por uma polícia de base científica, informatizada, com parcerias na sociedade.

Finalmente, a antropologia olha a sociedade mais de longe. Deixou de tratar quase só de índios, havendo cada vez mais antropólogos brasileiros a examinar sociedades

complexas. Mas essa distância a torna menos interessante para a imprensa. Daí que ela apareça, nos jornais, em sua posição mais acadêmica – mas daí, também que conserve uma postura crítica mais acentuada. Há um certo divisor de águas na discussão sobre a sociedade brasileira, hoje. Desde o final dos anos 80, a pergunta sobre a identidade do país favoreceu um novo ensaísmo. A demanda social por ele é o que permite unir, por exemplo, um antropólogo de sucesso como Roberto DaMatta e um cronista popular como Luis Fernando Veríssimo que, cada um a seu modo, procuram responder a essa pergunta fazendo uso da observação, sim, mas com forte intuição, ainda que treinada. Episódios da vida quotidiana passam a ter uma carga significativa importante, episódios que não são passíveis de mensuração ou de uma metodologia científica como a da ciência política ou da sociologia.

Novidade em nosso país é o crescente interesse da filosofia pela sociedade brasileira, concretizada na publicação de, pelo menos, quatro livros de filosofia tratando, especificamente, do Brasil. Nenhum deles pretende ser apenas difusão ou opinião.

O primeiro foi, em 1993, *Órfãos de Utopia – a melancolia da esquerda* (Editora da Universidade, www.ufrgs.br/editora), de Ernildo Stein, professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade Católica do mesmo estado, conhecedor de Heidegger e psicanalista. O título é claríssimo: Stein quer entender como a esquerda elabora o luto por sua derrota. Procura compreender como os indivíduos constroem sua busca da utopia e, quando esta falece, lutam com a melancolia. A aplicação das teorias filosóficas à realidade, proposta quase sem mediações, soçobrou ao longo do século XX e, diante de seu fracasso, muitos se voltam para a mania, exaltando sem limites a vitoriosa economia de mercado, ou então juntam melancolicamente as ruínas do socialismo, negando-lhe o fim. O uso da psicanálise é evidente, e nem essa obra nem as seguintes se circunscrevem ao Brasil.

Quase ao mesmo tempo saíram os dois livros que se seguem. Marilena Chauí, professora da USP e estudiosa de Espinosa bem como, nos anos mais recentes, da democracia, publicou em 2000 *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (pela Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, ao qual a autora é vinculada, www.fpabramo.org.br). Uma análise da bandeira brasileira ilustra seu ponto de vista: enquanto a francesa ou a norte-americana expressam a história de seu país e suas revoluções, a brasileira evoca a natureza: o verde das matas (que o hino nacional diz serem mais verdes que as estrangeiras), o amarelo do ouro. (Penso, porém, que as coisas

se complicam no centro da bandeira, onde estão as estrelas, e que inicialmente retratava o céu sobre o Rio de Janeiro na noite da proclamação da República. Isso é astronomia, é natureza – ou é história? A resposta não é simples). O Brasil, assim, construirá um mito fundador em torno da natureza e da providência divina. A natureza será constantemente exaltada, bem como o favor de Deus, talvez em sinal da importância das relações de favor e clientelismo no país. Chauí analisa esse mito remetendo-o ao milenarismo, ao pensamento medieval, e lembrando o que diz Espinosa sobre o teológico-político.

Também em 2000 saiu meu livro *A sociedade contra o social – o alto custo da vida pública no Brasil* (Companhia das Letras, www.companhiadasletras.com.br). O título se refere ao frequente uso, no país, de “o social” para designar o mundo dos carentes, e “a sociedade” o dos proprietários. A partir de algumas análises concretas – do romance *Iracema*, de José de Alencar, de algumas novelas de TV, do curioso nome e iconografia de nossa moeda (que se chama, desde 1994, “real”) – procuro discutir o que barra a ação política no Brasil. Temos aqui uma forte convicção ética, ao mesmo tempo que a crença de que o mundo público não é moral. Ora, modernamente a política surgiu emancipando-se da moral, de duas formas distintas, que chamo de abertura Maquiavel (a ação deliberada do príncipe, que procura ter a máxima *virtù*) e abertura Mandeville (a ideia de uma mão invisível, que age a despeito da consciência de qualquer um). Maquiavel abre caminho para o estadista, Mandeville para o mercado. As duas aberturas permitem jogar razoavelmente o xadrez da modernidade. Mas como praticá-lo se suspeitamos de ambas? Como agir política e eticamente, numa sociedade em que convivem (mal) corrupção e convicções éticas mal distinguidas da religião?

O livro mais recente dessa safra é de Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, *Filosofia da Cultura – Brasil: luxo ou originalidade* (Editora Ágora da Ilha, 2002, agorailh@ruralrj.com.br). Pensador independente, Sampaio propõe uma nova teoria lógica, da qual parte para repensar a modernidade, que não é mais um telos definitivo do homem, mas algo que pode ser transcendido. E aí entra a esperança para o Brasil, que não precisa ingressar no que já existe – aliás, essa é uma preocupação que ele reparte com os outros autores – ou seja, no luxo do consumismo global. Como tantos outros, Sampaio fala do dualismo brasileiro, mas em vez de identificar a parte não-moderna do país com o atraso entende por ela a recusa à modernidade, um modo passível de insinuar o melhor porvir. O Brasil não teria uma história de seguidos fracassos, mas uma epopeia rumo à criação de uma cultura original.

Essas obras – infelizmente redigidas por autores que trabalharam e trabalham em separado, sem constituir uma comunidade de tema – trazem riscos, inevitáveis quando se articula a teoria mais abstracta, filosófica, com a análise de uma sociedade ou um tempo. Mas isso não é nada raro na França ou nos Estados Unidos; no Brasil é que é novo. A originalidade na filosofia política tem vindo de enfrentar pontos às vezes utópicos, que a vida social suscita, e não de reelaborar teorias já existentes. O tempo dirá se essas iniciativas frutificarão ou não.